

1

2

ATA DA REUNIÃO

3

4

REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA, EM 24 DE MARÇO DE 2021.

5

6

Ao trinta e um dias do mês de março de 2021, em primeira chamada às quatorze horas e nove minutos, através de reunião virtual na plataforma “zoom cloud meeting”, realizou-se reunião ordinária do CMAS, conforme registro de presença em instrumental próprio em anexo, para deliberar a seguinte pauta:

10

1)Apreciação e aprovação da ata da reunião ordinária de fevereiro de 201 e da reunião extraordinária (03/03/21); 2) Apresentação e aprovação do relatório circunstanciado da SEAS referente ao segundo semestre de 2020; 3) Apresentação e aprovação da resolução normativa que dispõe do cronograma de reuniões do conselho a partir de abril/2021; 4) Apresentação e aprovação das resoluções normativas que disporão das composições das comissões: a) Comissão temporária do processo eleitoral da representação da sociedade civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023), b) Comissão temporária temporária para análise do regimento interno do CMAS/SV, c) Comissão temporária do processo de conferencia municipal de assistência social; 5) Assuntos Gerais.

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Iniciando a pauta, no primeiro item, o vice-presidente Sr. Kléber sugere a dispensa da leitura das atas, uma vez que estas já foram encaminhadas por e-mail com antecedência para os conselheiros. A conselheira Sra. Suzana refere que não recebeu esse e-mail, e o Sr. Marlon administrativo do conselho encaminha novamente o e-mail para a conselheira. Sra. Alessandra solicita que seja feita a correção no texto do início da ata da reunião extraordinária. Após as colocações, o presidente coloca para aprovação da plenária, sem nenhuma manifestação contrária, as duas atas são aprovadas.

21

22

23

24

25

26

27

28

O presidente informa que será acrescido na pauta um item a pedido da SEAS referente ao PMAS (Plano Municipal de Assistência Social).

29

30

Segundo, no segundo item da pauta a Sra. Irene representante do Dep. De Vigilância Socioassistencial, inicia a apresentação do relatório

31

32 circunstanciado, o qual já foi encaminhado antecipadamente aos conselheiros
33 para apreciação. Sra. Irene então inicia a apresentação pela Proteção Social
34 Básica, onde é visto que o CRAS Parque das Bandeiras teve uma média
35 prevista mensal de 220 atendimentos e uma média de 328 atendimentos
36 executados. Sra. Irene coloca que desde que chegou no departamento
37 apresenta o desejo de realizar algumas modificações no relatório, está em
38 diálogo com a DRADS à respeito disso, inclusive coloca à plenária que aqueles
39 que tiverem sugestões, podem encaminhar por e-mail ao departamento. Dando
40 continuidade, passa para a Proteção Social de Média Complexidade, referente
41 aos CREAS das áreas Insular e Continental, a média prevista mensal de
42 atendimentos para o PAEFI foi 280 e foram executados uma média de 221
43 atendimentos. Esses dados são extraídos do Relatório Mensal de Atividades –
44 RMA, que é encaminhado mensalmente pelas coordenadoras dos serviços.
45 Realizada a leitura dos resultados alcançados durante o período. Já em relação
46 ao atendimentos realizados pelas equipes do MSE (Medidas Socioeducativas)
47 dos dois CREAS Insular e Continental, a média mensal prevista de
48 atendimentos foi 100 e foram executados 155 atendimentos mensais. Sra.
49 Irene explica que os atendimentos das equipes de MSE encontram-se
50 prejudicados, pois faltam alguns profissionais para compor as equipes, tais
51 como advogado, mais uma pedagoga, mais quatro orientadores de medidas.
52 Coloca que o órgão gestor precisa proporcionar maneiras de realização dos
53 atendimentos de forma remota, com a aquisição de materiais como aparelhos
54 de celular, etc. Realizada a leitura dos resultados alcançados. Sr. Kléber
55 questiona então se houve um descumprimento da NOB/RH, devido à ausência
56 destes profissionais. Sra. Irene explica que na verdade todos os serviços da
57 assistência estão operando com as equipes mínimas exigidas pela legislação,
58 inclusive no início da gestão anterior a Sra. Rosana Caruso, enquanto
59 secretária adjunta levou essa necessidade de reposição dos profissionais que
60 se aposentaram ou exoneraram. O presidente lembra que no início da gestão
61 anterior, foi realizado um levantamento na SEAS, onde se obteve a informação
62 de que entre exonerações e aposentadorias, faltavam setenta profissionais.
63 Contudo, em decorrência do limite prudencial do município, da suspensão da
64 realização de concursos públicos por parte do governo federal, se torna muito
65 difícil resolver essa questão. Em 2020 o ministério público entrou com uma

66 ação contra a prefeitura que obrigou a mesma a chamar os profissionais do
67 curso para compor as equipes do MSE. Sra. Irene segue com a apresentação
68 dos demais serviços que integram a proteção social especial de média
69 complexidade. Durante a apresentação, no momento em que a Sra. Irene
70 explana sobre o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas
71 socioeducativas e suas famílias, realizado pela organização social Alfa e
72 Ômega, onde a média prevista era 300 atendimentos, porém foram executados
73 apenas 60 atendimentos. Sra. Marisa Miotto, realiza alguns questionamentos
74 de forma escrita no chat do aplicativo zoom, referentes ao atendimento desta
75 organização, questiona se realmente este atendimento ocorreu? Uma vez que
76 o número de 60 atendimentos está em desacordo com os números
77 apresentados pelos CREAS.

78 Sra. Lívia coordenadora do CREAS Área Insular esclarece a pergunta
79 feita pela Sra. Marisa explicando que em 2020 o judiciário expediu algumas
80 resoluções que determinavam a suspensão do cumprimento das medidas
81 socioeducativas de forma presencial, desta forma os adolescentes e jovens
82 não poderiam comparecer ao CREAS, tão pouco serem encaminhados para
83 nenhum local, todos os contatos foram efetuados de maneira remota, através
84 de chamadas telefônicas, uma vez que o serviço não dispõe de aparelho
85 celular para realização de vídeo-chamadas, inclusive ressalta que as técnicas
86 fizeram uso de seus aparelhos particulares para alguns casos. Já em relação
87 às mulheres vítimas de violência, todas que realizam registro de boletim de
88 ocorrência da Delegacia de Defesa da Mulher, os endereços dos CREAS vem
89 escritos no próprio boletim, em relação à busca ativa esse trabalho também é
90 realizado, no que se refere à diminuição dos números se deve ao fato do
91 serviço evitar aglomerações e poupar os usuários da exposição ao vírus ao
92 saírem de suas casas; contudo, a redução foi pouca comparado ao período
93 “normal” de atendimento. Existem também os casos das mulheres que não
94 desejam receber o atendimento, o serviço respeita a decisão da mulher e fica à
95 disposição para recebê-la no momento que a mesma se sentir preparada para
96 buscar o atendimento.

97 Sra. Irene continua a apresentação do relatório agora refere à proteção
98 social especial de alta complexidade, no item que se refere às Insituições de

99 Longa Permanência para Idosos – ILPI's apresenta o número total de vagas
100 pactadas pelo convênio que são 71, sendo divididas da seguinte forma, 50
101 vagas para o Lar de Amparo ao Idoso e 21 vagas para o Lar Vicentino. Durante
102 o período de seis meses a média de atendimentos executada foram 207,
103 apresentados os resultados obtidos no semestre pelas duas instituições. O
104 presidente então questiona a quantidade executada, pois da maneira como foi
105 preenchida fica parecendo que houve uma grande rotatividade. Sra. Irene
106 explica que de fato houve um erro técnico no preenchimento da média
107 executada, chegando ao número de 69 atendimentos mensais durante o
108 período. Sr. Rodrigo presidente do Lar de Amparo ao Idoso solicita a palavra e
109 coloca uma sugestão de proposta de ampliação de vagas para o ano de 2021,
110 tendo em vista que o Lar de Amparo já está na sua capacidade total e
111 permanece recebendo solicitações de vagas constantemente, inclusive com um
112 acréscimo em virtude da pandemia, por exemplo, nos três primeiros meses a
113 instituição recebeu oito pedidos de inclusão de idosos. Finalizando, Sra. Irene
114 apresenta os dados referentes à Residência Inclusiva, a média prevista foram
115 10 atendimentos e a média executada foram 06 atendimentos, explana também
116 sobre os resultados obtidos no semestre.

117 Sra. Alessandra pede a palavra e coloca uma questão referente ao
118 atendimento de medidas socioeducativas, pois houve um chamamento público
119 no início do ano de 2020 para este atendimento, porém com a pandemia não
120 foi possível fazer. Então como fica a questão do recurso, pois foi um valor bem
121 considerável, e não ocorreram os atendimentos? O presidente então explica
122 que houveram os atendimentos, foi realizada uma média de 60 atendimentos, o
123 presidente pergunta se a questão é em relação a este atendimento ou aos
124 atendimentos dos CREAS? Sra. Alessandra explica que a questão é referente
125 ao chamamento público para a parceria com a instituição Alfa e Ômega para a
126 execução de atividades com os adolescentes em cumprimento de medidas
127 socioeducativas atendidos pelos CREAS. Devido a pandemia e o fato do
128 atendimento não ser obrigatório conforme mencionado pela Sra. Lívia, como
129 fica essa questão? Pois a pandemia realmente impediu e atrapalhou muito,
130 porém as instituições buscaram maneiras de se adaptar e continuar os nossos
131 atendimentos. Sra. Alessandra coloca ainda que se recorda que acompanhou o

132 processo do chamamento público desde o início e por isso questiona como fica
133 a questão da verba? Sra. Irene pergunta a título de esclarecimento, se essa
134 verba continua o mesmo valor tendo em vista a diminuição dos atendimentos?
135 Sra. Alessandra coloca que é exatamente essa pergunta que deseja saber,
136 pois uma vez que a proposta é atender 300 adolescentes e são atendidos
137 apenas 60, como fica essa questão do recurso? Sra. Irene tenta elucidar
138 fazendo uma menção a como funciona essa questão do recurso nos serviços
139 de acolhimento, cita o exemplo da Casa de Passagem para Crianças e
140 Adolescentes, o serviço recebe recurso para realizar 10 atendimentos mensais,
141 porém algumas atende apenas 05 crianças ou adolescentes, mesmo assim,
142 permanece recebendo o recurso de forma integral.

143 O presidente então se coloca enquanto gestão (diretoria da média
144 complexidade em 2020), momento onde foi pactuado convênio com a
145 instituição para o atendimento dos adolescentes em cumprimento de medidas
146 socioeducativas. Explica que a gestão municipal anterior diante da necessidade
147 durante o contexto da pandemia, e diante da suspensão do cumprimento das
148 medidas de forma presencial pelo poder judiciário, optou por utilizar o trabalho
149 da instituição Alfa e Ômega no gerenciamento do acolhimento emergencial
150 para as pessoas em situação de rua, redirecionando assim o recurso.

151 Sra. Irene então sugere que essa informação deve ser inserida no
152 relatório circunstanciado, pois no relatório encaminhado pela instituição Alfa e
153 Ômega tal informação não consta. Contudo, deve ser refeito o relatório,
154 apresentando essa informação sobre o redirecionamento do recurso e da ação
155 realizada. O presidente coloca que essa retificação deverá ser feita e
156 apresentada para a plenária na próxima reunião. Sr. Marcos representante da
157 organização Alfa e Ômega reafirma a fala do presidente e coloca que no dia
158 18/03/2020 a instituição assinou o contrato e no dia 23/03/2020 iniciou a
159 questão da pandemia, com isso o trabalho foi redirecionado para o acolhimento
160 emergencial, esclarece que a todo momento permanecia o diálogo com o
161 Felipe, enquanto diretor da média complexidade para saber sobre o retorno do
162 atendimento por parte dos CREAS referente aos adolescentes em
163 cumprimento de medidas socioeducativa. Sendo que no segundo semestre foi
164 possível receber alguns adolescentes para atendimento; a questão é que

165 alguns adolescentes foram à instituição, porém com a mudança constante das
166 fases da pandemia em nosso estado houve temor por parte de alguns, bem
167 como dificuldades para aproximação através de contato telefônico, etc. Sr.
168 Marcos se coloca à disposição para quaisquer dúvidas que possam surgir e se
169 compromete a repassar a informação à vigilância socioassistencial para que
170 seja refeito o relatório circunstanciado. Estabelecido que na próxima reunião
171 será apresentada a retificação referente ao atendimento realizado pela
172 organização Alfa e Ômega.

173 Continuando a reunião, a comissão de inscrição apresenta o trabalho
174 realizado durante o mês, desta vez a comissão elaborou uma apresentação
175 gráfica para facilitar a compreensão da plenária. Sra. Lilian inicia explicando
176 que as imagens estão divididas em blocos, sendo o primeiro referente ao ano
177 de 2020, ressaltando que primeiro estão abordando este período, pois
178 observaram muitos questionamentos por parte das instituições referente as
179 suas inscrições do ano passado. Reafirma a questão do prazo para renovação
180 (abril) e coloca sobre a prorrogação deste prazo (setembro). Explica que em
181 2021 até o presente momento, não houve nenhuma informação por parte do
182 CNAS referente à prorrogação do prazo de renovação. Seguem apresentando
183 as tabelas, sendo a primeira com as instituições que tiveram suas inscrições
184 aprovadas, na segunda são apresentadas as instituições que tiveram suas
185 inscrições indeferidas e na terceira as instituições que ficaram sem renovar
186 suas inscrições em 2020. Sra. Lilian ressalta ainda que no final do ano passado
187 a comissão fez um relatório contendo as informações do trabalho realizado
188 durante todo o ano, sendo entregue a mesa diretora para ser encaminhado aos
189 conselheiros junto a ata de dezembro/2020.

190 Sra. Irene aproveita o momento da apresentação da comissão e solicita
191 que seja encaminhado a vigilância uma cópia do plano de trabalho e do
192 certificado de inscrição, pois esta informação auxiliará no processo de cadastro
193 das instituições no CNEAS.

194 Sr. Kléber pede a palavra e questiona se alguma dessas instituições que
195 tiveram suas inscrições indeferidas em 2020 já eram inscritas no conselho?
196 Sra. Lilian explica que não, todas as instituições estavam solicitando a inscrição
197 pela primeira vez. Sr. Kléber então analisa e coloca que referente as

198 instituições que já são inscritas no conselho, caso tenham seu pedido de
199 renovação de inscrição indeferidos, eles podem ter sua inscrição prorrogada?
200 Isso acontece? Sra. Lilian explica que a comissão não possui essa informação,
201 quem poderia responder essa pergunta seria o presidente do conselho ou
202 mesmo ela deve estar contida no regimento interno. Inclusive caso essa
203 informação não se encontre no regimento interno, seria importante rever o
204 documento para sua inclusão. Ressalta ainda sobre o papel da comissão e
205 quais os critérios para o indeferimento de uma inscrição, que em resumo são a
206 ausência de documentação e as ações estarem em desacordo com a política
207 nacional de assistência social (tipificação nacional dos serviços
208 socioassistenciais). Sra. Lilian finaliza apresentando as duas instituições que
209 não renovaram a inscrição em 2020 que são Lar Vicentino e Lar de Amparo ao
210 Idoso, sendo as duas IIPI's que possuem convênio com a prefeitura/SEAS,
211 inclusive foram citadas no relatório circunstanciado. Contudo, a comissão teve
212 o seguinte procedimento, assim que observada a ausência de renovação da
213 inscrição, a comissão informou à mesa diretora do conselho, o qual
214 imediatamente informou à SEAS para que sejam tomadas as devidas
215 providências. Em relação à 2021, até o momento a comissão recebeu o pedido
216 de inscrição de cinco instituições, incluindo Lar Vicentino (em análise) e Lar de
217 Amparo ao Idoso (em análise), bem como o LAM (sugestão-deferimento),
218 Associação Filhos de Aruanda (sugestão-indeferimento) e Alfa e Ômega (em
219 análise). Cabe ressaltar que já foram realizadas reuniões virtuais para
220 orientação com o Lar Vicentino, Associação Filhos de Aruanda e LAM.

221 Após apresentação da comissão, Sra. Alessandra, integrante da mesma,
222 reforça a importância tanto para os trabalhos da comissão quanto para os
223 trabalhos do conselho, a existência do/a secretário/a executiva. Inclusive pelo
224 fato de que devido à esta ausência a comissão tem realizado algumas funções
225 além do seu papel, especialmente no que se refere às reuniões de orientação
226 com as instituições. Ressalta também que a comissão tem observado que as
227 instituições tem deixado de encaminhar algumas informações básicas junto a
228 sua documentação, por exemplo, nos relatórios de atividades, não tem
229 mandado a listagem com identificação dos atendidos, e isso acaba
230 atrapalhando o processo de análise.

231 Sra. Irene pede a palavra e coloca duas questões, a primeira como o
232 exemplo da Casa das Anas que teve a inscrição indeferida no ano passado, é
233 muito delicada a situação de existir um chamamento público onde uma
234 instituição/organização é escolhida, inicia um trabalho no município, porém não
235 está inscrita neste conselho ou no CMDCA. E a segunda questão é se a
236 comissão acatou sua solicitação do envio das informações à vigilância? Sra.
237 Alessandra explica que em relação à Casa das Anas, foi colocado na tabela
238 como indeferida a inscrição tendo em vista que não houve uma finalização do
239 processo de análise, uma vez que a instituição foi orientada em reunião quanto
240 às adequações que eram necessárias na documentação, porém a comissão
241 não recebeu outros documentos readequados até o final do ano. Já em relação
242 à informação para a vigilância, a comissão está de acordo, porém este papel é
243 da secretaria executiva do conselho, tanto é que o entendimento era de que
244 esta comunicação já existia.

245 O presidente coloca que a função do secretário executivo existe no
246 regimento interno, porém como este documento é antigo, consta que esta
247 função deve ser exercida por um servidor municipal, assistente social. Por este
248 motivo, é de extrema importância a revisão do regimento. Reafirma, a questão
249 da falta de profissionais na SEAS e mesmo diante dessa realidade a mesa
250 diretora, juntamente com o administrativo do conselho tem tentado atender as
251 instituições de maneira ágil. Entretanto, observa que algumas instituições
252 demonstram o desejo por uma assessoria, trabalho que não é função deste
253 conselho, tão pouco da comissão. Em relação à questão colocada pela Sra.
254 Irene sobre a informação, o presidente afirma que todas as atas aprovadas
255 estão disponíveis para toda SEAS, bem como, logo estarão disponíveis no site
256 da prefeitura. Colocado à plenária para manifestação e votação acerca das
257 sugestões da comissão, sendo aprovadas.

258 Seguindo com a pauta, no item terceiro, onde trata sobre resolução
259 normativa que dispõe o cronograma de reuniões do conselho para o presente
260 ano, realizada a leitura da resolução para a plenária, colocado para a
261 manifestação e votação, sendo aprovado sem ressalvas.

262 Em seguida, no quarto item da pauta, serão abordadas as questões
263 vinculadas à formação das comissões temáticas para o processo eleitoral, a

264 revisão do regimento interno e a conferência municipal de assistência social.
265 Conforme estabelecido, em resposta ao questionamento se os participantes
266 que não são conselheiros poderiam participar das comissões e ter direito à
267 voto? Realizada uma consulta ao regimento interno, onde fica claro que apenas
268 os conselheiros possuem direito à voto, porém os demais podem sim participar
269 e contribuir com os trabalhos das comissões. Por este motivo, as resoluções
270 normativas referentes as comissões serão publicadas apenas com os nomes
271 dos conselheiros. As resoluções foram colocadas para manifestação e votação
272 da plenária, sendo aprovadas sem ressalvas.

273 No quinto item da pauta, nos assuntos gerais, a Sra. Marcia Barros,
274 integrante do FORTSUAS, faz uma colocação sobre a conferência, ressalta a
275 importância da participação de todos na conferência nacional que tem como
276 tema “A Assistência Social como Direito do Povo e Dever do Estado com
277 Financiamento Público, enfrentando desigualdades e garantindo a proteção
278 social”, discussão que tem ocorrido de forma ampliada em diversos espaços
279 relacionados ao SUAS, o FORTSUAS declara seu apoio ao município de São
280 Vicente para que consigam fazer suas resoluções objetivando a execução da
281 lei municipal e a criação de serviços socioassistenciais. Sra. Aurora, também
282 integrante do FORTSUAS, faz o convite para o segundo debate virtual sobre a
283 conferência com a professora Abigail Torres no dia 27/04 às 14hs.

284 Sr. Aldo coloca duas questões, a primeira é referente a informação
285 referente a nova composição da gestão da SEAS, com o envio de uma lista
286 nominal com os responsáveis de cada proteção. A segunda questão é
287 referente a nova composição do conselho.

288 O presidente esclarece que referente à secretaria, o conselho fará uma
289 solicitação e assim que obtiver um retorno da SEAS, disponibilizará a
290 informação no grupo ou no e-mail. Já no que se refere ao conselho o
291 administrativo enviará a informação sobre a nova composição por e-mail.

292 Sra. Alessandra retorna no tema da comissão de inscrição, coloca que
293 sempre teve clareza quanto a questão do voto ser atribuição exclusiva dos
294 conselheiros e reafirma a importância de mais conselheiros participarem das
295 comissões, até porque no caso da comissão de inscrição, a mesma é

296 composta por quatro membros e possui uma grande demanda de trabalho,
297 especialmente neste período de renovação.

298 Sr. Aldo coloca que é importante a reflexão dos membros da comissão
299 do regimento interno para que seja considerada a participação dos atores que
300 conduzem a política social no município no que abrange a questão dos votos.

301 Sra. Suzana ressalta a importância dos conselheiros, especialmente os
302 indicados pelo governo priorizar a participação nas reuniões do conselho, pois
303 uma vez que assumiram o compromisso, não podem ficar justificando a
304 ausência constantemente.

305 Sra. Lilian coloca que uma grande lacuna existente no conselho são os
306 representantes governamentais, esses conselheiros indicados por outras
307 secretarias são responsáveis pela maior parte das ausências nas reuniões.

308 O presidente coloca que essa questão surge em outros conselhos de
309 direitos e inclusive em virtude disso, outros conselhos fizeram revisão em seus
310 regimentos internos alterando a questão da paridade, dando assim
311 oportunidade de maior participação da sociedade civil; deixando a sugestão de
312 reflexão por parte da comissão do regimento interno deste conselho.

313 Sr. Jeferson coloca em relação a participação, questiona se o CMAS não
314 foi criado por um decreto municipal? Caso positivo, não teria que primeiro
315 alterar o decreto, antes de mexer no regimento interno? O presidente explica
316 que não, pois como é um conselho deliberativo que fiscaliza o poder público e
317 tem ordenação sobre o fundo municipal de assistência, o próprio regimento
318 interno pode determinar essa diretriz; o que o conselho não pode é no
319 regimento interno alterar a função do conselho de deliberativo para consultivo,
320 neste caso se faz necessário o decreto, para as demais questões o regimento
321 interno pode determinar. Sr. Jeferson então se coloca à disposição para
322 compor a comissão do regimento interno; aproveita o momento e já informa
323 que não participará da próxima eleição como representante dos usuários, pois
324 não acha justo ocupar essa vaga, uma vez que agora faz parte do governo
325 municipal.

326 Sra. Valéria coloca que em nome da secretária municipal de cultura a
327 Sra. Elizângela Bafini, vem novamente abordar a questão das pessoas em
328 situação de rua e como a secretaria de cultura pode estar colaborando com a
329 SEAS, quais ações podem estar sendo realizadas em conjunto? Referente ao
330 setor do artesanato, observa-se que muitos artesãos desconhecem os serviços
331 da assistência social, alguns inclusive necessitam de um suporte. Por isso seria
332 importante saber como o trabalho em conjunto pode ser desenvolvido com este
333 público dos artesãos?

334 O presidente explica que essa colocação já foi repassada ao secretário
335 para que possa estar articulando melhor as propostas junto a secretaria de
336 cultura.

337 Finalizando o último item da pauta, o presidente encerra a reunião.

338

339 Lilian Bezerra Fontes Silva Duarte

340 1ª Secretária CMAS.

Convocação
Reunião Ordinária

O Conselho-Diretor do **Conselho Municipal de Assistência Social de São Vicente (CMAS)**, convoca seus representantes e convida os demais interessados para **Reunião Ordinária** a ser realizada em **24 de março de 2021**, às **14h00**, por meio da plataforma ZOOM, cujo *link* será encaminhado minutos antes do início da reunião virtual.

Pauta:

1. Apreciação e aprovação da Ata de Reunião Ordinária de fevereiro de 2021 e da Ata de Reunião Extraordinária (03/03/2021);
2. Apresentação e aprovação de Relatório Circunstanciado da Seas, referente ao segundo semestre de 2020;
3. Apresentação e aprovação da Resolução Normativa, que dispõe do cronograma de reuniões do CMAS a partir de abril de 2021;
4. Apresentação e aprovação das Resoluções Normativas que disporão das composições das comissões: a) Comissão Temporária do Processo Eleitoral da Representação da Sociedade Civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023); b) Composição de Comissão temporária para análise do Regimento Interno do CMAS/SV; e, c) Composição de Comissão Temporária do Processo de Conferência da Assistência Social;
5. Assuntos gerais.

Certos de contarmos com vossa presença, agradecemos, antecipadamente.

São Vicente, 12 de março de 2021.

Felipe Silva Galvão
Presidente do CMAS/SV